

SOUSA GALITO, Maria (2017). “Modelo de Diplomacia Económica – Bélgica”. *CI-CPRI*, Artigo de Opinião, N.º 38, setembro, pp. 1-3.

CI-CPRI



Modelo de Diplomacia Económica – Bélgica

Enquadramento

A diplomacia económica belga é desenvolvida pelos seus diplomatas desde 1830, pois já na época eram motivados a promover a prosperidade da Bélgicaⁱ. Mas o plano de ação verificou um novo dinamismo e uma maior aceitabilidade política desde os anos noventa do séc. XXⁱⁱ.

A Bélgica nunca teve um Ministério do Comércio Externo em separado. A gestão do comércio externo belga sempre esteve sob a Direção-Geral dos Assuntos Económicos Externos (DGB) do Ministério dos Negócios Estrangeirosⁱⁱⁱ.

Na Bélgica, o comércio externo – e, portanto, grande parte da diplomacia económica – é regionalizada. A promoção das exportações e a atração de investimento direto estrangeiro é sobretudo da competência das autoridades regionais (Flandres, Valónia e Bruxelas)^{iv} que têm as suas agências de promoção das exportações^v. O que significa que, de acordo com a constituição belga, os diplomatas (federais) nem podem envolver-se em certos domínios da diplomacia económica; mas defendem interesses das empresas belgas no seu processo de internacionalização, em especial quando o apoio dos representantes regionais é considerado insuficiente^{vi}.

As negociações do comércio bilateral e multilateral continuam a ser desenvolvidas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros; e o governo federal mantém um número limitado de instrumentos e de competências na área da promoção das exportações. Grande parte do comércio internacional belga circula dentro do mercado interno da UE, o que é considerada uma vantagem (menos preocupações com dupla tributação e regulamentação económica diferente da norma).

Plano de Ação

A Bélgica é uma Monarquia Constitucional e os seus mais altos representantes, nas deslocações ao estrangeiro, podem assinar acordos económicos e levam consigo empreendedores nacionais com o objetivo de promover interesses de Estado e das suas empresas. São as chamadas Missões Económicas do Príncipe e do Rei.

O Serviço Público Federal dos Negócios Estrangeiros, Comércio Externo e Cooperação para o Desenvolvimento da Bélgica (SPF)^{vii} defende e promove, de forma coerente e nacional, os interesses do país no estrangeiro; coordena a política europeia da Bélgica enquanto federação; e promove um mundo mais próspero, seguro e justo^{viii}.

A Agência para o Comércio Exterior (ACE/ABH)^{ix} existe desde 2003. Organiza missões comerciais comuns, difunde informação e tem competências sobre tarefas de interesse comum fixadas de forma unânime pelo conselho de administração.

A diplomacia económica belga é desenvolvida no seio da UE, da Organização Mundial do Comércio (OMC), da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico (OCDE), do Fórum Económico Mundial, entre outros.

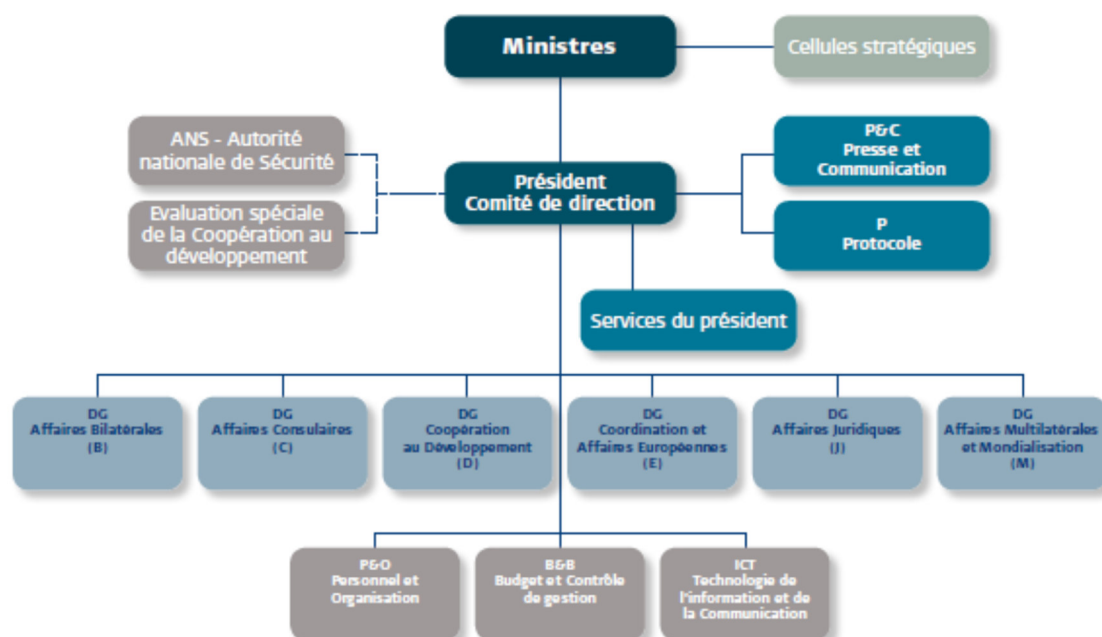
As Câmaras de Comércio resultam de iniciativas privadas que contribuem para o desenvolvimento e promoção do comércio entre a Bélgica/Luxemburgo e um país terceiro^x.

Os *Business Clubs* têm uma estrutura mais simples do que as Câmaras de Comércio; a sua ação também é mais limitada e pontual. Alguns foram informalmente criados pela Embaixada ou pelo Consulado-Geral^{xi}.

Os conselheiros de diplomacia económica existem pelo menos desde 24/janeiro/2013. São individualidades que estão solidamente implantadas no tecido político e económico local, pelo que os seus conselhos e iniciativas podem ser muito úteis. Os conselheiros não são remunerados e têm residência permanente no país terceiro em análise.^{xii}

Organigrama^{xiii}

O organigrama do *Serviço Público Federal dos Negócios Estrangeiros, Comércio Externo e Cooperação para o Desenvolvimento* da Bélgica resume a sua estrutura, dividida em seis Direções-Gerais e cinco Direções de Enquadramento e Direções.



NOTAS FINAIS:

-
- ⁱ Diplomatie Économique. URL: http://diplomatie.belgium.be/fr/politique/diplomatie_economique/
- ⁱⁱ Coolsaet, Rik (2004). “Trade and Diplomacy: The Belgian Case”. *International Studies Perspectives*, 5, pp. 61-65. URL: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1528-3577.2004.00156.x/abstract>
- ⁱⁱⁱ *Id. Ibid.*, p. 62.
- ^{iv} *Id. Ibid.*
- ^v Kesteleyn, Jennifer (2014). “Belgian Multinationals and Public-Private Partnerships in Economic Diplomacy”. *The Hague Journal of Diplomacy*, Vol. 9, Issue 1, pp. 24-50. URL: http://www.giis.ugent.be/media/8865/8-4_kesteleyn-final_1_.pdf
- ^{vi} *Id. Ibid.*, p. 29.
- ^{vii} SPF Affaires étrangères. URL : <http://diplomatie.belgium.be/fr/>
- ^{viii} SPF (2016-2018). “Contrat d’Administration relative au fonctionnement du Service Public Fédéral, Affaires Étrangères, Commerce Extérieur et Coopération au Développement”, Partie 2 – Mission, Vision et Objectifs du SPF, Royaume de Belgique, pp. 1-46. URL: http://diplomatie.belgium.be/fr/binaries/Contrat_administration_SPF_Affaires_etrangeres_tcm313-275881.pdf
- ^{ix} L’Agence pour le Commerce extérieur/Agents voor Buitenlandse Handel. URL: http://www.abh-ace.be/language_selection?destination=%3Cfront%3E
- ^x Les chambres de commerce belgo-luxembourgeoises à l’étranger. URL : http://diplomatie.belgium.be/fr/politique/diplomatie_economique/commerce_exterieur/chambres_de_commerce/
- ^{xi} Business Clubs. URL: http://diplomatie.belgium.be/fr/politique/diplomatie_economique/commerce_exterieur/business_clubs/
- ^{xii} Les conseillers en diplomatie économique. URL : http://diplomatie.belgium.be/fr/politique/diplomatie_economique/commerce_exterieur/conseillers_diplomatie_economique/
- ^{xiii} URL: http://diplomatie.belgium.be/fr/sur_lorganisation/organigramme_et_structure/